

CÂMERA, GRAVANDO: IMPLEMENTAÇÃO E ASPECTOS LEGAIS NO USO DE CÂMERAS CORPORAIS EM AGENTES POLICIAIS

CAMERA, RECORDING: IMPLEMENTATION AND LEGAL ASPECTS IN THE USE OF BODY CAMERAS ON POLICE OFFICERS

CAROLINA CUTRUPÍ FERREIRA¹

Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, Brasil.
E-mail: carolinacutrupi@gmail.com

FABIO LOPES TOLEDO²

Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.
E-mail: fabiolopestoledo@hotmail.com

Recebido em: 18.05.2023

Aprovado em: 18.03.2024

Última versão dos autores: 29.03.2024

DOI: [https://doi.org/10.5281/zenodo.12628272].

ÁREAS DO DIREITO: Penal; Processual; Direitos Humanos

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo retratar o atual estágio de implantação de câmeras

ABSTRACT: This article aims to portray the current stage of deployment of body-worn cameras for

-
1. Professora de Direito da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Doutora em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (2021). Mestra em Direito pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (2011). Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (2009).
Lattes: [http://lattes.cnpq.br/5248198753109750].
Orcid: [https://orcid.org/0000-0003-3190-7257].
E-mail: carolinacutrupi@gmail.com
 2. Doutorando e mestre em Direito pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (2019).
Lattes: [http://lattes.cnpq.br/7191035730609667]
Orcid: [https://orcid.org/0000-0002-0253-2743].
E-mail: fabiolopestoledo@hotmail.com

corporais para agentes policiais no Brasil, como também explorar aspectos legais envolvendo o uso desses dispositivos. Entre as questões abordadas, além de revisão da literatura sobre câmeras corporais, são apresentados aspectos envolvendo cadeia de custódia e garantia de contraditório das imagens pela defesa no processo criminal, bem como o direito à privacidade. O estudo aponta que os maiores óbices para a adoção das câmeras corporais compreendem os custos de implantação e manutenção dos equipamentos, o armazenamento de imagens, além da ausência de regulamentação dos procedimentos. Ademais, a compatibilidade de conservação das imagens com as regras de proteção de dados pessoais, a integridade das evidências seguindo as regras de cadeia de custódia, assim como a possibilidade de exclusão dos arquivos em curto espaço de tempo, também representam alguns dos desafios envolvendo a matéria.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Pública – Câmeras corporais – Interação Polícia e Cidadão – Letalidade Policial – Uso da Força Policial.

police officers in Brazil, as well as to explore legal aspects involving the use of these devices. Among the issues addressed, in addition to a literature review on body-worn cameras, aspects involving chain of custody and the adversary system, as well as the right to privacy, are presented. The study points out that the major obstacles to the adoption of body cameras include the costs of implantation and maintenance of the equipment, the storage of images, along with the lack of regulation of the procedures. In addition, the compatibility of image conservation with personal data protection rules, the integrity of evidence following chain of custody rules, as well as the possibility of deleting files in a short period of time, also represent some of the challenges involving the matter.

KEYWORDS: Public Security – Body-worn-camera – Police-Citizen Interaction – Police Lethality – Use of Police Force.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Revisão da literatura sobre câmeras corporais. 3. Implementação das câmeras corporais no Brasil. 4. Algumas questões legais sobre adoção de câmeras corporais. 4.1. Cadeia de custódia e garantia de contraditório das imagens pela defesa no processo criminal. 4.2. Direito à privacidade das imagens. 5. Considerações finais. 6. Referências bibliográficas. 7. Jurisprudência. 8. Legislação.

1. INTRODUÇÃO

O³ uso de tecnologia por órgãos de segurança vem sendo adotado há muito tempo por diversos países ao redor do mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, o estado de Nova Iorque passou a contar, a partir de 2005, com o *Real Time Crime Center* (RTCC), departamento responsável por enviar informações em tempo real aos policiais. O RTCC teria acesso a milhões de registros criminais ocorridos no país, além de mais de 33 bilhões de registros públicos (BRUCE; TAIT, 2015). Na Austrália, a polícia passou a utilizar *IPads* para fiscalização do trânsito. Além de verificar

3. Os autores declaram que não houve financiamento ou quaisquer benefícios comerciais para a realização desta pesquisa. Declaram ainda que não há conflito de interesses que comprometam a cientificidade do trabalho apresentado.